

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESPClass.: 219Data 29/12/76Pg.: 13

Sertanista acusa Rangel Reis de desrespeitar a lei

**Da Sucursal de
BRASÍLIA**

"O ministro do Interior está desrespeitando o Estatuto do Índio, ao afirmar que, a partir do próximo ano, os primeiros grupos indígenas começarão a ser emancipados, pois o Estatuto estabelece que é meta do governo a integração progressiva do Índio, não estabelecendo prazos ou determinando a aceleração do processo aculturativo". A acusação, feita ontem pelo

sertanista Apoena Meirelles, foi endossada por quase todos os antropólogos, indigenistas e etnólogos da Funai.

As declarações de ontem do ministro Rangel Reis foram recebidas com perplexidade pelos indigenistas. João Batista Cavalcanti, superintendente da Funai e seu presidente em exercício (o titular está de férias), considerou-as "bastante infelizes", especialmente quando prega a rápida emancipação do Índio. E desmentiu que o órgão de-

terminará o afastamento de todas as missões religiosas que atuam junto às comunidades tribais.

"Realmente — disse o superintendente — a partir do próximo ano pretendemos promover mais convênios com as missões, para que elas atuem de acordo com a orientação da Funai. E aquelas que não concordarem com isso serão afastadas, é lógico". Assinalou, também, que não houve, até agora, qualquer determinação para alterar as diretrizes da Funai para o próximo

ano, sendo que elas não estabelecem prazos para a emancipação de comunidades nem pretendem acabar com o ensino bilingue.

Apoena Meirelles, embora tenha restrições à atuação de algumas missões, "que continuam preocupadas em catequizar o Índio, desrespeitando os seus padrões de cultura", acha que o ministro não foi correto ao criticar os padres, porque existe "um grande esforço por parte das missões para mudarem seu relacionamento com os Índios".

"Por outro lado — acrescentou o sertanista — não chega a convencer a justificativa do ministro de adotar uma política integracionista para que os Índios deixem a condição de mendigos, como é o caso dos sruís, em Rondônia, que foi citado por ele. Se o governo não teve êxito na solução do problema das massas marginalizadas e maltrapilhas dos grandes centros urbanos, terá menos eficiência

nas áreas de recente ocupação na Amazônia legal".

Para outros técnicos da Funai, o ministro agora deixou clara a intenção do governo de acelerar a integração do Índio, o que obrigará o general Ismarth de Araújo a se definir. Ele tem afirmado que "não há prazo determinado para a emancipação dos grupos tribais, etapa que naturalmente será atingida, mas não a toque de caixa".

Já o diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, Francelisio Van-

der Broocke, mostrou-se entusiasmado com as declarações de Rangel Reis, dizendo que a entrevista do ministro foi "excelente". "Concordo com suas afirmações — acrescentou — pois nós devemos estar com o mesmo pensamento do ministro, que é também do presidente Geisel. O governo e a Igreja têm que se dar as mãos, porque o objetivo final comum é a emancipação dos Índios. Eles precisam atingir a auto-suficiência, transformando-se em gente como nós".